

Dívida pode destruir Brasil

Aureliano adverte para risco dos juros massacrantes

“O Brasil corre o risco da auto-destruição se for forçado a destinar, por muito tempo, a metade da receita das suas exportações ao pagamento de juros da dívida externa”, advertiu o vice-presidente Aureliano Chaves, que ontem assumiu interinamente a chefia do Governo, durante a viagem do presidente Figueiredo ao Japão e à China.

Aureliano Chaves falou com exclusividade ao CORREIO BRAZILIENSE sobre política externa, antes de assumir mais uma vez o Governo, e defendeu o diálogo político entre os países devedores e credores para remover os obstáculos nas relações econômicas e comerciais do Brasil com as grandes potências e com seus credores.

O vice-Presidente da República sustentou que o Brasil deve vender mais para todos os países e disse reconhecer o direito de cada nação de adotar medidas para proteger alguns setores de sua economia. “Não podemos acreditar que os países mais ricos do mundo, como é o caso dos Estados Unidos, tenham de recorrer a medidas protecionistas para assegurar a sobrevivência de certos setores industriais”, comentou Aureliano Chaves.

A seguir a integra da entrevista:

O que espera do relacionamento com os Estados Unidos?

— Um relacionamento entre dois países amigos, independentes, que se respeitam mutuamente, sem interferências nos assuntos internos de cada um. Um relacionamento natural entre duas nações que possuem valores políticos e ideológicos comuns e cujos governos saberão superar, pelo diálogo e pela negociação, os problemas que existem em suas relações e que são decorrentes da própria intensidade desse relacionamento.

Como equacionar os problemas com os EUA?

— Os problemas econômicos e comerciais entre o Brasil e os Estados Unidos deverão ser equacionados politicamente, no mais alto nível. Os problemas econômicos e comerciais surgem quando os interesses entre as partes são conflitantes, cabendo ao diálogo político a tarefa de remover obstáculos e criar alternativas. Reconhecemos que um país tem direito a adotar medidas para proteger setores de sua economia. Mas não podemos acreditar que os países mais ricos do mundo tenham de recorrer a medidas protecionistas para assegurar a sobrevivência de certos setores industriais. Especialmente porque essas medidas funcionam como verdadeiros bumerangues e acabarão por se voltar contra a própria economia do país industrializado. A consequência é o agravamento da crise das economias em desenvolvimento e a diminuição da sua capacidade de importação nos mercados industrializados.

Qual a sua opinião sobre a reserva de mercado? Por quanto tempo ela deve continuar?

— Os países têm o direito de proteger setores de sua economia. Mais que um direito, os países em desenvolvimento têm o dever de proteger setores de sua economia. Dentro desse contexto, a reserva de mercado pode ser um instrumento à disposição do governo para a defesa da economia nacional, e deve ser adotada pelo tempo que seja necessário ao interesse da Nação.

Considera acertada a atual política africana? Deve-se procurar um descongelamento das relações com a África do Sul e, eventualmente, discutir com esse país um pacto de segurança do Atlântico Sul?

— A atual política de aproximação com os países africanos está correta, pois o continente africano constitui-se realmente na fronteira atlântica do Brasil. Todos os fatores aproximam Brasil e África e, assim, devem ser aproveitados todos os caminhos da cooperação, da convivência e do bom relacionamento. O carinho com que os africanos recebem os brasileiros, em todos os setores, inclusive no esporte e na cultura, indica que essa política deve ser intensificada e aprofundada. O Brasil condena a política de discriminação racial praticada na África do Sul, mas o governo não pode ignorar a evolução dos acontecimentos naquela área do continente africano e a eles ajustar-se sempre que necessário. Quanto ao pacto de segurança, não identificamos motivos de interesse nacional que recomendem a militarização do Atlântico Sul.

O Brasil deve insistir nas relações com países africanos, apesar dos baixos saldos comerciais, quando o Brasil vende muito mais para países industrializados?

— O Brasil deve vender mais para todos os países. Os baixos saldos comerciais com a África, neste momento, devem servir de estímulo e nunca como fator inibidor do nosso comércio. O potencial do mercado africano é imenso e nele o produto brasileiro tem muito boa aceitação. Por isso, os fluxos comerciais entre o Brasil e a África

devem ser estimulados para que representem, realmente, as potencialidades de cada uma das partes.

O Brasil deveria pronunciar-se com maior firmeza sobre a “briga de adultos” do crescente poderio nuclear da União Soviética e dos Estados Unidos?

— Não concordo com classificação de “briga de adultos” na medida em que ela sugere a existência de “brigas infantis ou de crianças”. Na questão nuclear todos os países estão ameaçados e por isso devem pronunciar-se com firmeza. O Brasil tem se pronunciado repetidamente sobre os problemas relacionados com os riscos de um conflito nuclear e sobre os imensos recursos que são desperdiçados pelas grandes potências. E deve continuar a fazê-lo.

Apesar da pequena relevância econômica, o seu governo, se fosse eleito Presidente, estaria disposto a emitir sinais ao regime cubano, com vistas ao reatamento?

— Não creio que o reatamento ou não com o regime cubano esteja limitado ao aspecto econômico, como sugere a pergunta.

Pelo fato do Brasil não ter problemas ou litígios com seus vizinhos, deveria exercer abertamente essa liderança política que já exerce de fato?

— A inexistência de litígios ou problemas indica a correção da política brasileira no continente. O Brasil não aspira a lideranças e pretende, isso sim, manter relações de estreita cooperação política e econômica com todos os países da região dentro de um quadro de respeito mútuo e boa vizinhança.

Que critérios devem prevalecer na venda de armamentos?

— O Brasil encontra-se entre os 10 maiores produtores de armas do mundo e atualmente a exportação de armamento tem importância significativa para a segurança e a economia nacionais, não apenas pelo aumento das receitas de exportação, mas também porque viabilizou a implantação de um setor industrial que saberá utilizar o seu desenvolvimento tecnológico para também fabricar produtos não-militares. A exportação de armamentos deve ser vista com naturalidade e não deverá servir para incentivar guerras ou conflitos, mas ter por objetivo o aperfeiçoamento do sistema defensivo das nações amigas.

O seu governo continuaria ignorando as ameaças dos Estados Unidos contra a Nicarágua?

— Sem ignorar nenhum dos fatos da crise existente na região, o Brasil deve continuar apoiando as iniciativas que levem à solução do conflito pela via do diálogo e do entendimento.

Aureliano Chaves será o primeiro presidente brasileiro a visitar a União Soviética?

— Um chefe do governo deve visitar os países que o interesse nacional indicar que devam ser visitados.

Qual seria o período necessário para a reativação econômica brasileira decorrente da interrupção no pagamento dos juros da dívida externa?

— Durante a minha visita oficial aos Estados Unidos, a convite do vice-presidente George Bush, apresentei às autoridades, aos banqueiros, aos empresários, aos intelectuais e à sociedade norte-americana os meus pontos de vista sobre a dívida externa brasileira. Na conferência que pronunciei perante o Council of Foreign Affairs, em Nova York, no dia 22 de março, deixei claro que nenhum país, nenhuma sociedade, poderá, sem o risco de autodestruição, ser forçado a destinar, por muito tempo, a metade da receita de suas exportações ao pagamento de juros de sua dívida externa, como é o caso do Brasil. Afirmei, também, que identifico duas responsabilidades: uma externa e outra interna. A primeira deve ser compartilhada por devedores e credores, governos e instituições internacionais de crédito, em busca de uma solução equitativa e realista. Mas a interna, esta é indelegável, por ser responsabilidade do governo. Somente o governo pode definir o grau de sacrifício a ser imposto à sociedade pelos programas de ajustamento, sem maior perigo de subversão da ordem social. Por mais competente que seja o assessoramento técnico das entidades internacionais e dos bancos, falta-lhes a condição básica essencial para julgar por si só, com isenção e objetividade, a oportunidade e propriedade dos remédios a aplicar. Entendo que o equacionamento da dívida externa brasileira não poderá fundar-se em prolongadas medidas recessivas. Ao contrário, deverá basear-se num projeto nacional que contemple primordialmente o desenvolvimento, a geração de empregos e, por consequência, os recursos para atender à dívida. Impõe-se analisar o problema em seu contexto mais amplo, sem perder de vista os obstáculos que os esquemas de amortização levantam ao desenvolvimento do País, bem como as resultantes pressões políticas e sociais.

GIVALDO BARBOSA



Desta vez, Medeiros ficará no Planalto com Aureliano